

EXTRATO DA ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2021.

Aos catorze dias do mês de dezembro de 2021, às 14 horas, foi realizada a 64ª reunião ordinária virtual do Conselho Superior do Ministério Público, por meio de webconferência via *Microsoft Teams*, presentes o Procurador-Geral de Justiça, Doutor Mário Luiz Sarrubbo, a Vice-Corregedora-Geral do Ministério Público, Doutora Liliana Mercadante Mortari, bem como os Conselheiros eleitos, nomeados na ordem decrescente de antiguidade, Doutores Oscar Mellim Filho, Antônio Carlos Fernandes Nery, Tiago Cintra Zarif, Mônica de Barros Marcondes Desinano, Pedro Henrique Demercian, Vidal Serrano Nunes Junior, Luiz Antonio de Oliveira Nusdeo, Arual Martins e José Carlos Cosenzo, desenvolveram-se os trabalhos conforme registrado a seguir. **1- ABERTURA,**

CONFERÊNCIA DE QUORUM E INSTALAÇÃO DA REUNIÃO: Presentes Conselheiros em número suficiente à realização da sessão, instalou-se a reunião, sob a presidência do Conselheiro Sarrubbo. **2**

- LEITURA, VOTAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada, sem ressalvas, a ata da 63ª Reunião Ordinária do Colegiado, ocorrida em 07 de dezembro de 2021, dispensando-se sua leitura, posto que enviada a respectiva minuta, antecipadamente, a todos os Conselheiros. **3 - LEITURA DO**

EXPEDIENTE E COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE: **3.1.** Ciência do email de agradecimento enviado pela Doutora Eloisa de Sousa Arruda, Procuradora de Justiça Aposentada, em razão do voto de pesar aprovado à unanimidade pelo Conselho Superior na Reunião Ordinária Virtual realizada em 05.10.21, pelo falecimento de sua genitora, a Senhora Elza de Souza Arruda. **3.2.** O Conselheiro Arual pediu a palavra e propôs voto de louvor aos servidores, analistas e Promotores de Justiça Assessores do Conselho Superior, em razão do trabalho que foi desenvolvido nesse biênio, notadamente passando pelas profundas mudanças em razão da pandemia, a migração para o sistema SEI! as reuniões virtuais, e o trabalho de toda essa equipe foi valoroso e de grande contribuição. Pontuou, outrossim, o Conselheiro Arual que os votos dos servidores deveriam ser encaminhados à Diretoria

Geral para anotação funcional no prontuário e os dos Promotores de Justiça Assessores anotação a critério da Egrégia Corregedoria-Geral. **3.3.** O Conselheiro Presidente agradeceu e registrou que o Colegiado se associa à proposição feita pelo Conselheiro Arual e ressaltou que os servidores e os Promotores de Justiça Assessores são importantes para a jornada desse Colegiado e, sendo o Conselho Superior praticamente o condutor da política institucional na esfera coletiva, daí a importância dessa estrutura que auxilia o Colegiado, inclusive os Promotores de Justiça Assessores. **3.4.** A proposição foi aprovada por unanimidade.

4 - COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS:

Cumprimentos individuais dos Conselheiros a todos os participantes da reunião realizada por *webconferência* via *Microsoft Teams*. **4.1.** O Conselheiro Demercian dirigiu-se a todos os Conselheiros e registrou que nesses dois anos, vivemos tempos estranhos, de pandemia, e só nesta data puderam se reunir (pela última vez), e pontuou que, apesar dos erros, houve mais acertos. Travaram-se algumas batalhas árduas entre os colegas de colegiado, alguns conflitos acirrados, mas tudo dentro da mais absoluta civilidade, a dialética importante pela troca de ideias que o regime democrático sempre recomenda, mas acha que cada um, com sua ideologia, com sua maneira de ver o mundo, com sua visão política, fez aquilo que achava que devia fazer, e se política é a arte do possível, acredita que todos fizeram o que era possível ser feito. **4.2.** Registrou, outrossim, o Conselheiro Demercian, a sua homenagem aos Conselheiros, ao Doutor Motauri Ciocchetti de Souza, que não se encontrava presente na reunião, ao Doutor Gianpaolo Poggio Smanio, que antecedeu o Doutor Sarrubbo, à Doutora Tereza Exner, que também integraram este Conselho, e dizer que foi uma enorme honra estar no Conselho Superior ao lado de todos e ressaltou que só tem um alento a fazer: que é não ter o Colegiado reunido mais vezes, nem ter os embates, as conversas, os cafés. Agradeceu o Conselheiro Demercian pela companhia dos Conselheiros, pela lhanza com que sempre lhe trataram, e registrou que aprendeu no Conselho que há conflitos ideológicos, políticos, de opinião, e mais que isso,

viveu e aprendeu o valor da empatia, tendo passado por momentos difíceis no Conselho, como a perda de sua mãe, e contou com a empatia de todos os colegas do Conselho, e essa é uma lembrança que carrega para o resto de sua vida. Reiterou suas homenagens a todos os Conselheiros e dizer que se erramos, erramos pensando no que achamos que fazíamos o melhor para a Instituição. **4.3.** O Conselheiro Presidente agradeceu as palavras do Conselheiro Demercian e registrou que tem a mesma sensação e reiterou que “divergir sempre, sem agressão, sem levar para o lado pessoal, porque a divergência fortalece a nossa Instituição, e é através dela que construímos fortes alicerces internos porque no final, depois de divergirmos, nos unirmos, todos em nome da Instituição, da nossa Instituição, que é o Ministério Público”. **4.4.** O Conselheiro Vidal registrou que essa gestão foi muito significativa, (mais do que importante) e que fez diferença em sua vida, de modo que tinha apenas palavras de agradecimento aos colegas de Conselho, servidores, assessores, que trabalharam com os Conselheiros no biênio, um momento difícil para o Conselheiro Vidal, mas também muito importante para todos nós. Registrou seus cumprimentos aos Conselheiros e ao Procurador-Geral de Justiça pela presidência dos trabalhos ao longo do biênio. **4.5.** O Conselheiro Presidente agradeceu as palavras do Conselheiro Vidal e reiterou o “bom diálogo, o bom trabalho e a experiência muito significativa para todos nós”. **4.6.** O Conselheiro Nusdeo registrou que foi motivo de crescimento para ele participar deste Colegiado durante esses dois anos e que sentirá falta do convívio fraterno de todos e que foi uma honra ter contato com os colegas, homenageados na pessoa do Procurador-Geral de Justiça. **4.7.** O Conselheiro Arual iniciou suas comunicações informando que o faz com um misto de tristeza, mas com a certeza de dever cumprido por parte deste Conselho. Agradeceu a todos os Conselheiros por dividir este espaço durante todo esse biênio e a todos os colegas da carreira pelo voto que recebeu pessoal e de forma direta. Registrou que, sinceramente, dirigindo-se aos colegas que nele votaram e aos demais colegas da carreira, espera que tenha cumprido a contento a missão que lhe

foi dada. Agradeceu a todos os colegas que com ele dividiram as adversidades enfrentadas em razão da pandemia da COVID-19 com o trabalho remoto, muitas vezes quase impessoal. O Conselheiro Arual registrou que, pessoalmente, enfrentou nesse biênio uma séria intempérie, que ocorreu com seu compromisso, sua palavra, palavra de campanha, que era de ser uma caixa de ressonância da classe e daqueles que sempre o procuraram e aos quais jamais negou ouvi-los. O Conselheiro Arual registrou que nunca, jamais, em sua vida privada e nos 33 anos de carreira do MP faltou com a verdade, muito menos para criar uma lei como fizeram. Registrou o Conselheiro Arual que não se entregou e jamais se entregará àqueles que o quiserem calar pois seu compromisso com a verdade e com o Ministério Público sempre estarão em primeiro lugar. Registrou, outrossim, seus cumprimentos aos Conselheiros, que trabalharam de forma hercúlea para que o Conselho pudesse cumprir com sua missão, que de fato foi cumprida. Agradeceu aos servidores, como expressado no voto proposto anteriormente, por não medirem esforços para conhecermos uma fase extremamente difícil de se trabalhar. **4.8.** Reiterou o Conselheiro Arual seu compromisso de continuar lutando pela consolidação do Ministério Público de São Paulo, atuante, isento, democrático e independente e registrou que gostaria de deixar um fraterno abraço a todos, em especial àqueles que sucederão este sodalício a partir do mês de janeiro de 2022, desejando-lhes um mandato de pleno sucesso. **4.9.** O Conselheiro Presidente agradeceu as palavras do Conselheiro Arual e registrou seus cumprimentos e que “nessa jornada tivemos momentos intensos e não há que se olhar para trás, não há erros, não há equívocos, todos nós tentamos acertar a todo momento”. Parabenizou o Conselheiro Arual por seu comprometimento de seguimos juntos na luta institucional. **4.10.** No início de suas comunicações o Conselheiro Secretário fez uma rápida prestação de contas do trabalho desta gestão: (64 reuniões ordinárias e 23 extraordinárias. A MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA deve ser vista como excelente, mesmo ante a dificuldade enorme causada pela pandemia, e que entre editais e indicações para provimento

de cargos tivemos: 13 transferências de Procurador de Justiça e 14 promoções. Na Entrância Intermediária: 66 promoções e 09 remoções. Entrância Inicial: 45 promoções e 05 remoções. Ao todo 479 movimentações foram feitas nesse período, sem contar a que será feita na reunião de hoje. Colhemos nas Manifestações de Interesse no biênio aos cargos de: Entrância Final: 210; Entrância Intermediária: 75; Entrância Inicial: 50; Pedidos de Permuta: 03; Editais de Transferência de Procuradoria de Justiça: 06; Formação de listas sêxtuplas: TJ/SP: 01. Total de Procedimento para Movimentação na Carreira: 824 movimentações. Ainda considerando a dificuldade orçamentária, também afetada pela pandemia, mas levando em conta a necessidade de contar com novos colegas para preenchimento dos cargos vagos, também escolhemos a Banca de Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS: Tivemos apenas um pedido de afastamento para frequência de cursos, seminários, conferências, congressos etc., de longa duração no exterior e deferimos 16 requerimentos afastamento para frequência de cursos, seminários, conferências, no país, bem como pedidos de horários especiais para frequência de cursos de pós-graduação, extensão universitária e outros. Tivemos 05 pedidos de afastamento por 30 dias para elaboração de tese e o número de 198 requerimentos residência fora da comarca. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: o Colegiado deliberou sobre 03 Pedidos de Disponibilidade e participou efetivamente do Plano Geral de Atuação do Ministério Público. Elaboramos uma (1) Lista Tríplice para o Conselho da Escola Superior do Ministério Público. Esse, resumidamente o movimento realizado pela Secretaria do Conselho. Um dos grandes avanços, contando com a assistência do CETIC, foi planejar, desenvolver e efetivamente aplicar, colocando à disposição da classe, as ferramentas digitais aplicadas em todos os estágios da Movimentação da Carreira, incluindo a Manifestação de Interesse. Hoje, com absoluta transparência os colegas interessados fazem as respectivas inscrições e desistências em nenhuma interferência de Conselheiros ou Servidores. Em relação à movimentação de

processos, é importante registrar que no dia 10 de março de 2020 foi realizada a última reunião com processos físicos, (a reunião do dia 17/03/2020 foi suspensa) e a partir daí, depois de feito um planejamento que foi colocado em prática com o apoio de todos, o Conselho Superior passou a usar o meio digital. Registre-se que todos os procedimentos submetidos a reexame pelo Conselho Superior eram físicos. Damos início à era digital em 31/03/2020, quando reexaminamos os dois (2) primeiros procedimentos urgentes, e daquela data até hoje obtivemos um número realmente extraordinário: 30.000 (trinta mil) julgamentos. Nesse mês de novembro tivemos 3.764 julgamentos. Informou o Conselheiro Secretário que serão entregues para a próxima gestão do Conselho Superior “zero” processos físicos. A necessidade e a criatividade, além do integral apoio da classe, nos deram a condição de transformar 100% dos procedimentos físicos em digitais. Temos ainda um acervo de processos físicos que estão com colegas do Interior, em tramitação. Informou o Conselheiro Secretário que essa gestão teve a excelente oportunidade de inaugurar a atuação com ANPC, inovação legislativa através da Lei Anticrime (Lei 13.964/2019), cuja normatização procedimental realizada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores se transformou em ferramenta ágil e profícua utilizada pelo CNMP reexaminar os acordos celebrados pelos ilustres Promotores de Justiça. Através dela foram realizados 28 ANPCs (promoção de arquivamento), 2 promoções de arquivamento parciais e 3 ANPCs preliminar, totalizando 33. Houve também um avanço na modificação de entendimento em face ao recebimento dos embargos de declaração, tendo sido acolhidos integralmente 2 deles e outro parcialmente. Informou o Conselheiro Secretário que a grande demanda para as futuras composições deste Conselho Superior, cuja estrutura para tal já está sendo ajustada digitalmente, será o exame da necessidade de prorrogação dos prazos de inquéritos civis, determinado pela nova lei de improbidade administrativa, notadamente levando-se em consideração que a maioria dos Inquéritos Civis instaurados pelas Promotorias de Justiça especializadas em Direitos Difuso e ainda em trâmites são físicos.

Hoje, dentre todas essas informações do relatório, há ainda o projeto do SISAP em conclusão, o período da tramitação dos processos físicos e a adaptação ao uso do SEI! e do SIS MP. Informou o Conselheiro Secretário que desde setembro/2020 o Conselho Superior não recebe mais processos físicos. Ressaltou, outrossim, que houve um teletrabalho eficiente, centenas e reuniões virtuais, aumento gradual da tramitação de processos digitais e o acervo físico antigo de aproximadamente 3000 foi enfrentado e homologado. Ressaltou o Conselheiro Secretário que essa foi uma gestão profícua, assim como foi a anterior e deseja o mesmo para a próxima. **4.11.** O Conselheiro Secretário fez a seguinte manifestação: “Esta é mais uma etapa da minha vida institucional que termina, e como sempre, limitada pelo tempo de duração posta por regimento ou por lei. Nem me lembro quantos mandatos iniciei, mas guardo da memória todos quando os encerrei. Deveria ser mais uma, como várias outras cujo ciclo se encerra, imposto pelo sistema democrático de revezamento, decorrente de legítimas eleições criadas para frutificar ideias, substituir pessoas, oxigenar colegiados e, principalmente, trazer o aperfeiçoamento institucional e conferir as melhores expectativas na classe, que escolhe seus representantes na confiança de realizá-las. Quero ser módico nas palavras, sintético nas frases, pretensioso na didática e acima de tudo, justo nos agradecimentos. Vasculhando a memória, penso em poucos cargos ingressei sem ser submetido a votos: no concurso de ingresso ao MP, integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Federal por 12 anos e depois ao atender o convite do então PGJ Gianpaolo Smanio para coordenar as Estratégias Políticas Institucionais. Aqui reside meu primeiro ponto de reflexão. Na vida associativa, sempre através de eleições, passei por vários cargos, incluindo a honra em conduzir a APMP por quatro anos, e por seis a CONAMP. Cuidar da classe é indescritível. Sempre, sempre, ao final dos mandatos, recusei convites de assessoria e retornei ao lugar onde era feliz: a atividade fim, principalmente no Tribunal do Júri, na defesa da vida. De lá só saí para me submeter a votos. E confesso, sem muita

ambição, assumir a superior instância. Fiquei por quase 18 anos sem disputar uma eleição em São Paulo, e quando fui instado a buscar uma vaga no Conselho Superior, relutei muito ante o rejuvenescimento da carreira; talvez pelo receio de não trazer propostas a este Colegiado, e acima de tudo, a inquietação íntima pela atroz dúvida em conseguir ajudar no aperfeiçoamento institucional, atendendo aos anseios da classe e ter a necessária qualificação para a difícil missão de reexame da atuação de excelentes Promotores de Justiça. Que desafio! Daí brotou o medo de sempre, natural em disputas, porque o medo de perder é o combustível para ganhar, não em votos, mas em confiança. Meu pai dizia: *“vai, e se der medo, vai com medo mesmo”*. Deu certo porque tive ilustres parceiros de jornada, Tiago Zarif, Nusdeo, Beatriz, Cícero e Malaquias. Certamente a qualidade dos queridos adversários, Vidal, Arual, Brito, Demercian Ricardo, Thales, Santin, Cristina Caboclo, Lutti, Valéria Piva, Lycurgo e Carlos Daniel foi o incentivo para a difícil e sadia disputa. Acho que ganhamos todos. Eu sempre me questionava, nas caminhadas matinais, ao estar a sós dirigindo na estrada: *“por que fui me meter em um colegiado onde nunca havia colocado os pés?”* Mas, em tom de consolo me respondia: *lá estão os grandes, e com eles aprenderei. Sempre gostei de olhar pessoas, observar seus gestos, suas reações e acima de tudo as mensagens que passam. Tinha absoluta certeza de que as reuniões presenciais seriam de aprendizado. Muito aprendizado. Que frustração! Essa maldita pandemia da Covid-19 veio nos separar fisicamente e nos remeteu, todos, a reaprender tudo. Perdi a grande oportunidade do convívio físico, mas aprendi como é difícil a solidão do medo do vírus. Aprendi que precisávamos reaprender. Resetar tudo. Zerar. O Conselho Superior, titular de um acervo 100% físico, só papel e mais papel, ficou atônito na pandemia. O que fazer se os autos físicos não poderiam ser manuseados? Como tramitar de forma digital, para rimir, se não havia nenhuma via? Como reexaminar e homologar os feitos, feitos nos recônditos dos lares, se todos tinham medo de respirar? E morrer por isso! Agora eu sei. Foi o SEI! Uma ferramenta difícil de manusear foi aos poucos sendo dominada. Tempo de*

aprendizado! Digitalizar pedidos e inserir por email. Do zero ao zero. De zero processos digitais hoje somos, com muito orgulho, zero processos físicos. Volto ao começo. Se eu tinha dúvida cruel de como me conduzir no colegiado, fiz questão de, ao ser honrado pelo discurso de saudação e posse, usar uma frase de Hemingway: "Quem estará nas trincheiras ao seu lado? E isso importa? Mais do que a própria guerra". Eu disse que comigo estariam Oscar, Tom, Tiago, Monica, Pedro, Nusdeo, Vidal, Arual. Lá estavam o Smanio e a Tereza, substituídos pelo Sarrubbo e Motauri, ajudado pela Liliana. Errei por pouco, ou por não conhecer. Nesse time juntaram a Ivanise Silva e o Edson Kanaciro. E os seus respectivos times. As coisas fluíram. Criamos ferramentas digitais que auxiliaram na movimentação da carreira, que foi uma das maiores; no reexame dos feitos, em número fantástico; no cumprimento do desiderato de atribuições enormes a nós afetas, enfim, reaprendemos e fizemos a travessia. Doloridamente, de forma remota, sepultamos o achismo e estimulamos conversas saudáveis que se transformaram em trocas de ideias que proporcionaram conhecimento, sempre com o máximo respeito às diferenças. Viemos de ajuntamento de colegas quem pensam diferente na forma, mas iguais na essência de planejar um futuro melhor para o Ministério Público. Acredito muito que a política é a arte de buscar no diálogo e convencimento, a construção do bem comum, da mesma forma que, em política, quando o diálogo é substituído pelo ódio e intolerância, todos perdemos, perde a institucionalidade democrática. Essa segunda parte não existiu nessa gestão, pois, repito, respeitamos as diferenças. Na democracia, o enfrentamento e a diferença de opiniões fazem parte da atuação de todos nós, e a opinião da maioria não pode se sobrepor aos direitos fundamentais da minoria. Isso é princípio básico de cidadania, ou melhor, é o direito a ter direitos, como bem definiu Hannah Arendt. Vamos terminar esse mandato mantendo nossas diferenças, Graças a Deus, mas sabendo que queremos o mesmo. Agradeço a cada um os ensinamentos que me proporcionaram. Cada qual ao seu modo. Tenham a certeza de que esse período ficará indelével em nossas vidas. Meus

agradecimentos. Ao PGJ por sua postura sempre democrática e com humildade de um eterno aprendiz. Respeitoso com as críticas e fraterno no convívio, profissional, com olhos voltados à Instituição de amanhã, conseguiu, na vigência da maior crise da nossa história moderna, de destruição do Estado e perdas de milhares de vidas, fazer com que o “hoje” seja de esperança, de renascimento e crescimento, pessoal e institucional. E que possamos ter fé e coragem para defender dignamente a sociedade brasileira. Aos nossos Corregedores, ambos, pelo trabalho aguerrido e intransigente na defesa de uma atuação pautada nas leis, com respeito aos colegas que assim também o fazem. Aos meus colegas de bancada, renovo, Oscar, Tom, Tiago, Monica, Pedro, Nusdeo, Vidal e Arual, minha gratidão pelo excelente convívio, mesmo com as diferenças, só em ideias, mas os mesmos ideais. Queridos colegas assessores, Fabio Vasconcellos Fortes, Flávia Helena Gonçalves Teixeira, Juliana Lourenço Baleroni Magalhães, Patrícia Tiemi Momma de Souza e Tatiana Bianchi Trivino, tão qualificados que são, nos deram a segurança jurídica necessária, e infelizmente, pela distância, não puderam nos ensinar mais, como acho que pretendiam. Nossos analistas jurídicos, 22 braços a nos ajudar. Ana Carolina Meirelles Lima Faneco, Ana Paula Roque, Ana Paula Viol, Andre Botechia Anderi, Fabio Luiz Biscardi, Luciane Castaldi Saggioro, Mauricio Maraldi, Patricia Vera Petrilli, Rodrigo Maiolini Rebello Pinho, Tais Tavares de Canha e Vivian Vaz Guimarães Santoro, quero deixar o reconhecimento pela dedicação e sensibilidade no enfrentamento do enorme volume de procedimentos estagnados durante a pandemia. E pelo contínuo aperfeiçoamento na complexa matéria que examinam. Aos nossos servidores, que peço licença para mencionar cada um. Do Setor Administrativo a chefe Ivanise Luciana da Cunha Silva, Chi Soo Cho (Pérola), Fernanda Michelle Barbosa Euflauzino e Valdemira Alves Sousa. No expediente o chefe Edson Kanaciro, Andre Luiz de França, Clayton Ribeiro Gomes, Diogo Pires Ribeiro, Paulo Cesar Alves Barbosa, Rosa Akemi Shiratori Tanaka, Roselaine Aparecida da Silva, Sandra Casado Tosato e Sandra Almeida. São eles, nos lugares mais

estratégicos, mais importantes, como profissionais qualificados e experientes, são os carregadores do piano, são os amigos queridos que fazem concretas e aperfeiçoadas as nossas atuações. Quero, de todo coração, agradecer a saudavel e fraternal convivência nesse biênio, pelos ensinamentos institucionais e de vida que me proporcionaram, fazendo com que as dúvidas e a falta de experiência não causassem tanto prejuízo no desenvolvimento dos trabalhos. Oxalá nossa amizade seja duradoura. Peço aos ilustres pares, que em homenagem a todo esse esforço e dedicação, aprovem um voto de reconhecimento e elogio a todos, assessores, analistas e servidores, para que fique constando nos respectivos prontuários. Não posso, pena de prevaricar com a minha consciência, nesse momento de despedida, renovar a beleza da vida. A beleza da existencia, a essência maior que é a fraternidade e o convívio, que hoje realizamos. Tenho, ainda, uma palavra a ser dita, que é aquela que todos queremos dizer. É um nome, quase um verbo. É um tom, não um som, uma cor, é um tom, nome, substantivo e quase adjetivo. É um tom que orgulha o outro Tom, que foi um músico tão bom quanto este. Tom, pode ser caráter, estilo e forma de expressão. Mas o Tom sempre dá o tom: alegre, risonho, feliz, desafiador mas acima de tudo, um paradigma de amizade e lealdade. Nos pianos da vida, nos acervos machadianos, sempre nos enchendo de coragem e paz. Essa prosa não é no tom que gostaríamos, mas com certeza no tom que esperamos, enfrentando mais um desafio e vencendo. Dizem que Deus só nos dá a carga que podemos suportar, e você é forte. Como sempre, vai tirar de letra, ou melhor, no Tom exato. Nós vanos orar. Vamos fazer uma grande corrente. Deus vai te cuidar. No Tom que Ele usa para cuidar dos Seus filhos queridos. Pois é amigos, chegamos ao final dessa jornada. Fizemos o melhor que poderíamos fazer para deixar aos nossos sucessores um Conselho Superior que possamos nos orgulhar. Desejo que voltemos aos nossos cargos com a consciência do dever cumprido e que os novos colegas, nesse revezamento, tenham muito sucesso, para o bem da classe e da Instituição. E que, no mínimo, tenham uma convivência fraterna como a nossa. Como

terminar? Milton Nascimento? O trem que chega é o mesmo trem da partida e a chegada é também despedida... É bonito, mas prefiro essa do Gabriel Garcia Márquez: **Não chores porque terminou, sorria porque aconteceu.** Que Deus nos ilumine e que o Tom tenha excelente sucesso amanhã, se Deus quiser". **4.12.** O Conselheiro Presidente agradeceu as palavras do Conselheiro Cosenzo, a homenagem ao Conselheiro Antônio Nery e o cumprimentou pelo trabalho realizado à frente da Secretaria, um trabalho difícil, inovador, por conta da situação que se iniciou em março de 2020 e é um feito extraordinário ao zerar os feitos físicos, todos digitalizados. Parabenizou o Conselheiro Secretário, Dr. José Carlos Cosenzo, pela lealdade, trabalho, dedicação e transmitiu os cumprimentos a todos os integrantes da equipe deste Colegiado (servidores e Promotores de Justiça). **4.13.** O Conselheiro Mellim agradeceu a atuação de todos e registrou que o estágio feito no Conselho Superior lhe foi muito significativo e dentro da mudança drástica que ocorreu em 2020; agradeceu ao Conselho por significar uma mudança muito grande, por ser uma área desconhecida, e forneceu uma visão mais clara do Ministério Público para a sociedade. Registrou, outrossim, que ganha com a convivência com os colegas e que a atuação em 2ª instância é solitária e essa convivência no Conselho, apesar das divergências e as diferenças, é muito significativo. Mencionando o Conselheiro Demercian a questão da empatia, o relacionamento humano, apaga as divergências, elas ficam pequenas, insignificantes. Registrou que hoje é um dia alegre, mas um dia muito triste e agradeceu a convivência dos colegas nessa humanidade que foi vista no Conselho; dos funcionários do Conselho, tendo em vista que na 2ª instância quase não há contato com funcionários, advogados, colegas, e essa solidão não foi deixada de lado por um bom período, o que explica muito da atração que esse grupo atrai diante do Ministério Público. Divergências à parte, o que era política, ficou cada vez mais insignificante, ridícula, diante da grandeza que é nossa convivência com os colegas. Reiterou o Conselheiro Mellim seus agradecimentos e que a carga de afeto que percebeu no Conselho Superior, inclusive nas divergências

com os colegas, porque o afeito também pode significar igualdade, divergência, o lado humano e empatia; reiterou os agradecimentos na presença dos colegas e que jamais esquecerá esse período no Conselho Superior, mais significativo em termos de vivência, com ideias diferentes. **4.14.** O Conselheiro Presidente agradeceu a manifestação do Conselheiro Mellim e registrou que o Colegiado não esquecerá seu equilíbrio, conhecimento, experiência, que ajudou a trazer serenidade e tranquilidade a esse Colegiado, num dos momentos mais intensos e registrou os agradecimentos do Colegiado pela vinda como Decano do Conselho Superior, pela convivência, em que exerceu um papel fundamental, mostrando diretrizes de serenidade, conhecimento jurídico, boa postura, um aprendizado muito grande para todos. **4.15.** O Conselheiro Antônio Nery iniciou suas comunicações falando com o coração, dirigindo-se a todos os Conselheiros por nome, um a um e registrou “como a vida é injusta às vezes, ter de falar depois de tantos tributos individuais”. Ao Conselheiro Demercian, iniciou pela empatia a que ele se referiu, aquele período difícil de expressar da vida. É a mesma empatia que o Dr. Smanio teve com o Conselheiro Antônio Nery. Ao Conselheiro Arual, antecipou que esse é um Colegiado maravilhoso, agradecendo a todos pelo carinho e empatia, as palavras tocantes (pedindo desculpas pela quebra de protocolo), um seleto grupo para quem tocou o piano de cauda, e elogiando a Conselheira Mônica, por ser uma exímia pianista e com quem participou de uma Banca Examinadora de Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo. Essas vivências, esse convívio indelével, tem crédito para o resto da vida pois “é na adversidade que temos que crescer”; temos, desde o início da carreira essa capacidade de liderar, essa resiliência, essa proatividade, e segundo uma parábola, pegávamos um código embaixo do braço, uma máquina de escrever portátil, o artigo em uma ponta e o coração na outra, e o Ministério Público na frente, essa formação fez parte de um momento de balanço que todos já fizeram, esse é um momento só de alegria, que terá o prazer de falar para seus netos que foi a melhor composição do Conselho

Superior e do qual teve a honra de participar, com Dr. Smanio, Dra. Tereza Exner, Dr. Sarrubbo, Dra. Liliana, Doutores Demercian, Nusdeo, Arual e Vidal, Tiago, Mellim e Cosenzo. O Conselheiro Antônio Nery registrou que na última reunião do Grupo de Estudos de Santos, sua cidade, o PGJ lá esteve e esqueceu de dizer que é um sonho que todos temos, e quem para de sonhar a vida perde a graça. Reiterou seus agradecimentos e enalteceu a postura do PGJ, sempre democrática, sempre aberto a debates e que sempre respeitou a decisão do Colegiado. Assim, parabenizou-o pelo final do mandato de PGJ e, por questões de saúde, não poderá cumprimentá-lo por seu aniversário natalício, por isso o faz antecipadamente, e desejou-lhe muita felicidade, alegria e sucesso no comando do maior Ministério Público do Brasil. Registrou, outrossim, seus agradecimentos a todos os Conselheiros pelo carinho recebido, uma marca indelével. **4.16.** O Conselheiro Presidente agradeceu a manifestação do Conselheiro Antônio Nery, os votos de felicidades pelo aniversário e pela gestão e que não aceitará os votos de felicidades porque tem certeza de que receberá uma ligação do Conselheiro Antônio Nery na quinta-feira e participará da reunião extraordinária de sexta-feira, sem dúvida nenhuma. Registrou, outrossim, que conhecia o Conselheiro Antônio Nery, mas não tinha a convivência, e essa jornada levará para o resto da vida, por esse e outros motivos já expostos, mas principalmente pela amizade que consolidou entre os dois e que ficarão juntos por muito tempo, celebrando a vida. **4.17.** O Conselheiro Tiago saudou o PGJ, cumprimentando-o pela gestão, complicada em razão da pandemia, e se saiu muito bem, apesar de todas as dificuldades apresentadas na prática, chegando ao final desse ano de gestão de forma muito satisfatória e que a classe entendeu o sacrifício e o ótimo trabalho que executou. Saudou a Conselheira Liliana, com quem teve oportunidade de desenvolver trabalhos no Conselho Superior quando foi conselheira eleita, e pelo trabalho na Corregedoria, com Dr. Motauri. Saudou o Conselheiro Secretário, que facilitou a vida do Conselheiro Tiago porque como Vice-Secretário não teve que fazer nada, apenas tendo exercido o cargo de Secretário por

ocasião de sua ausência quando viajou com o PGJ. Ressaltou que foram dois anos de tranquilidade, satisfação, porque tendo sido Secretário sabe das dificuldades que é trabalhar na Secretaria do Conselho Superior, não sabendo como seria esse trabalho com as dificuldades da pandemia e o Conselheiro Cosenzo se saiu muito bem e resolveu todos os trabalhos do Conselho. Saudou os colegas Conselheiros Mônica, Nusdeo e Vidal, com quem já partilhou o Colegiado anteriormente e foi uma satisfação estar novamente com eles neste Colegiado, já conhecendo a honestidade, caráter e sinceridade deles. E é por isso que foi respaldado e secundado dos novos aprendizados que teve com os Conselheiros Demercian, Arual e Mellim, conselheiro e professor, que admira, e que conheceu de forma satisfatória na Juréia, na sede da APMP, e com quem aprendeu sobre filosofia, o que é pensar, raciocinar, abrir o horizonte e o Conselheiro Mellim foi quem lhe trouxe isso. Saudou o Conselheiro Antônio Nery, companheiro de viagens para a campanha de Conselho, onde teve oportunidade de conhecê-lo bastante. Assim, resumiu o Conselheiro Tiago que foi uma satisfação gigantesca estar neste Colegiado e como já foi dito por todos, um aprendizado no sentido de que posição contrária não quer dizer desafio, afronta, desgosto; oposição significa apenas que alguém não tem a opinião que você tem, e isso é importante porque você pode concordar ou discordar do pensamento da pessoa que fez um voto contrário. Agora, a discussão sempre cresce, ainda que você seja contra e notando fortalecer você cresceu porque ouviu alguma coisa a mais daquilo que possa ser acrescentado no seu parecer, e isso é importante neste Colegiado, e houve isso, e pode dizer isso porque fez parte de vários Colegiados e algumas vezes a questão virava pessoal e isso era terrível, porque você acabava votando desgostoso porque tinha uma pessoa dentro do Colegiado que tinha uma questão pessoal, e nesta gestão todos, sem exceção, encerrada a discussão, todos saíam rindo e brincando, e isso é sensacional. Registrou que esse Conselho foram dois anos, infelizmente virtual, de muito respeito e aprendizado e engrandecimento por parte do Conselheiro Tiago. **4.18.** Outrossim,

registrou o Conselheiro Tiago que gostaria de parabenizar a Procuradoria-Geral de Justiça pelo trabalho da Polícia Militar, CAO Criminal, CAO Cível, GECAP, um trabalho essencial que deve ser feito acerca de invasões e que vem sendo feito há mais de dois anos. Informou o Conselheiro Tiago que levou ao conhecimento da PGJ porque era Secretário do Centro de Apoio Operacional e ali havia invasões comandadas pelo PCC. Então já tinha ouvido que “você está incentivando as invasões e grilagens de terra, acabando com nosso Meio Ambiente, ainda mais porque era área de manancial.”. Assim, esse trabalho essencial foi feito, punindo quem é conivente com isso e parabenizou os envolvidos.

4.19. O Conselheiro Presidente agradeceu a manifestação do Conselheiro Tiago e ressaltou que ele é provavelmente o membro mais experiente desse Conselho Superior, considerando que este é o seu quinto mandato neste Colegiado, quase membro nato do Conselho Superior, e nos traz um aprendizado importantíssimo, com posicionamento sereno, retos, técnicos, traz todo o seu histórico da área de Meio Ambiente e interessante porque mesmo no quinto mandato vem com o mesmo entusiasmo do primeiro. Parabenizou-o e registrou que é uma honra tê-lo como amigo, e ter convivido com um amigo neste Colegiado, aprendendo bastante. **4.20.** Antes de passar a palavra à Conselheira Mônica, registrou o Conselheiro presidente que reitera o comportamento sempre brilhante, firme, forte, sendo uma das líderes da Instituição. A Conselheira Mônica fez a seguinte manifestação: "Gostaria de registrar a satisfação de ter integrado este Conselho Superior nos últimos dois anos na companhia de tão Ilustres Conselheiros e sob a presidência de V. Excelência, Sr. Procurador-Geral de Justiça, sempre muito firme, que com tanta amizade, delicadeza e unidade, sempre nos tratou. Em sua pessoa, sr. Procurador-Geral, cumprimento e agradeço a colaboração de todos os Ilustres Assessores, Analistas Jurídicos e servidores deste Colegiado. Ao final desses dois anos, estou convicta de que aqueles votos de profícua gestão que recebemos no começo do mandato se concretizaram. Foram ricos os debates, respeitoso o convívio e certamente

contribuímos para o aperfeiçoamento da Instituição, para o que sem dúvida ainda contribuirão muitas ideias aqui lançadas. Ao amigo Dr. Nery, digo até logo, com a certeza de que este momento difícil será vencido com sucesso e que em breve será passado e comemorado com V. Excelência ao piano. Desejo a todos uma boa tarde e uma boa sessão."

4.21. O Conselheiro Presidente agradeceu a manifestação da Conselheira Mônica e disse que é um "até breve", tomando um bom vinho e ouvindo nossos pianistas aqui presentes e reiterou a manifestação anterior. **4.22.** Antes de passar a palavra à Conselheira Liliana, registrou o Conselheiro Presidente que o Exmo. Corregedor-Geral brindou o Conselho Superior com a presença da Dra. Liliana Mercadante Mortari. A Conselheira Liliana fez a seguinte manifestação: "Sr. Procurador-Geral, sr. Secretário, srs. Conselheiros, eu quero dizer a cada um dos senhores da minha alegria e da minha satisfação em ter integrado este Colegiado, em ter podido conviver com Vossas Excelências, estreitando os laços de amizade e admiração que nos unem. Ao Sr. Procurador-Geral, Dr. Mario Sarrubbo, meus cumprimentos pelos desmedidos esforços empregados no enfrentamento da pandemia, ainda presente entre nós, seja na gestão dos nossos recursos humanos, seja na representação do Ministério Público perante a sociedade. Aos Srs. Conselheiros, amigos que são – drs. Tiago, Vidal, Mônica e Nusdeo – companheiros de outro mandato, dr. Pedro – com quem trabalhei no Setor de Recursos Extraordinários, sempre um professor, drs. Mellim e Nery – integramos o Órgão Especial em um mesmo biênio, drs. Cosenzo e Arual, partilhamos agora este Colegiado – a todos, meus cumprimentos pela dedicação e empenho com que sempre se houveram e meus sinceros agradecimentos pela sempre generosa acolhida. Aos senhores e aos seus familiares, aos nossos servidores e assessores, meus votos de harmonia e paz no ano vindouro". **4.23.** O Conselheiro Presidente agradeceu a manifestação da Conselheira Liliana e informou que a convivência continuará até abril de 2022, quando termina seu mandato. **4.24.** O Conselheiro Presidente registrou que vivemos todos juntos aqui uma das mais importantes etapas das

nossas carreiras, vivemos essa etapa com nossas vidas, com pandemia, com grande novidade na vida de toda a humanidade, e em meio à pandemia enfrentamos os nossos problemas diários, com perdas em nossas famílias e sustos, e que ressaltou, aquilo que é mais importante de todo o trabalho que tivemos, em todo esse momento, foi a empatia, como bem colocado pelo Conselheiro Demercian, o respeito mútuo e divergir sempre, isso é bom, isso nos fortalece e nos leva adiante e a tomar sempre a melhor decisão, mas respeito sempre foi o que sempre tivemos aqui, aprendizado muito grande que sempre devemos levar. Registrou que a primeira reunião foi muito difícil, PGJ enfrentar o Conselho Superior, a primeira Presidência, e virtual, e em pouco tempo ganhávamos intimidade, respeitosa, e que nos levou a uma gestão paradigmática à frente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo num período muito diferente. Processos virtuais, reuniões virtuais, e essa consagração hoje, estarmos todos aqui presencialmente é motivo de grande alegria, saudáveis, e dirigindo-se ao Conselheiro Antônio Nery, afirmou ter certeza absoluta de que passará por esse processo com serenidade e tranquilidade, e em breve estaremos juntos comemorando sua volta no Órgão Especial continuaremos, pelo menos até abril/2022, contando com sua bondade, seu carinho, seu conhecimento, e que esta será apenas mais uma fase difícil na vida de todos nós. O Conselheiro Nery vai terminar essa fase difícil com muita superação e começar o próximo ano, 2022, um ano muito bacana em sua vida, com muitos desafios, outras jornadas e muita saúde. **4.25.** Agradeceu o Conselheiro Presidente à Corregedoria-Geral, à Dra. Tereza Exner, que se tornou nesta jornada uma amiga à distância, e como é hoje o Dr. Motauri, uma confidente, várias decisões da PGJ, naquele período difícil, pelo telefone discutir com a Dra. Tereza, como faz hoje com a Dra. Liliana e com o Dr. Motauri. O Conselho fortalece as nossas amizades e, registrou a importância da Corregedora-Geral e hoje amiga, Dra. Tereza Exner, nesta jornada. **4.26.** O Conselheiro Presidente saudou novamente a Conselheira Mônica e agradeceu a lealdade, o profissionalismo e a firmeza, sempre importante, não

deixar baixado esse viés firme de Promotor de Justiça, e reiterou sua admiração. **4.27.** Ao Conselheiro Demercian, manifestou que talvez soubéssemos um do outro, mas não sabíamos como éramos, mas aprendemos a nos conhecer e expressou seu mais profundo respeito pelo Conselheiro Pedro Henrique Demercian. **4.28.** Ao Conselheiro Nusdeo, velho e bom amigo, já bastante conhecido pelo PGJ e desejou o PGJ estar em outras jornadas com ele. **4.29.** Sobre o Conselheiro Arual, informou o PGJ que já o conhece desde os tempos de curso preparatório, embora ele talvez não lembre, e após distanciamento por causa da carreira, reencontraram-se no Conselho Superior e por ele expressou seu respeito. **4.30.** Ao Conselheiro Vidal, velho amigo, expressou o Conselheiro Presidente que é muito bom estar com ele, tem um conhecimento jurídico invejável e profissional equilibrado, sempre em busca do consenso que fortalece. **4.31.** Ao Conselheiro Tiago, companheiro de outras jornadas, o Conselheiro Presidente registrou que, sempre trazendo todo seu conhecimento, equilíbrio e sabedoria para nos conduzir neste Colegiado e ajudar a encontrar os melhores caminhos. **4.32.** Ao Conselheiro Antônio Nery, reiterou o Conselheiro Presidente o carinho e a amizade e os votos de sucesso na jornada que amanhã se inicia. **4.33.** Ao Conselheiro Mellim, registrou o que respeita sempre o seu grande conhecimento, o equilíbrio, sua serenidade no Conselho Superior e no Órgão Especial do Colégio de Procuradores, que foram determinantes para o sucesso de ambos os Colegiados. **4.34.** Ao Conselheiro Cosenzo, registrou o Conselheiro Presidente que é um querido amigo, um Secretário de primeira grandeza, fez um trabalho excepcional. **4.35.** Registrou o Conselheiro Presidente aos Conselheiros, que terminamos essa gestão felizes, com a sensação da missão cumprida e com laços muito mais sólidos entre nós, feito de carinho e amizade. Esse é o maior ganho de todos nós nessa jornada porque sabemos todos que a vida continua, 2022 vem aí com novos embates, nova jornada, novas candidaturas, novos debates, e isso é a alma da nossa Instituição. **4.36.** Informou o Conselheiro Presidente que quando conversa com colegas pelo Brasil afora, eles perguntam se é verdade que as campanhas para

o Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo são presenciais e acontecem a partir do mês de setembro e terminam no começo de dezembro, e quando questionado se isso acontece mesmo, o PGJ responde que sim e que no MPSP há disputa para ser Secretário da PGJ, de Promotoria e até para ser síndico do prédio da Manuel da Nóbrega, e é isso que nos torna o maior MP do Brasil, uma instituição forte, pujante. **4.37.** Informou o Conselheiro Presidente que hoje é o Dia Nacional do Ministério Público e que o vídeo lançado, que teve participação da Conselheira Mônica e vários colegas da Instituição e o MPSP é forte, pujante, maior do Brasil por conta de seus membros, servidores e de todos que compõem esta grande entidade: Ministério Público do Estado de São Paulo. Registrou que foi uma honra estar com este Colegiado nestes últimos dois anos e expressou gratidão eterna pela lealdade, debate, serenidade com que conseguimos levar adiante este Colegiado e desejou a todos e todas um Feliz Natal e um 2022 com muita saúde, energia e debate para que nossa Instituição saia ainda mais forte desse período. **4.38.** O Conselheiro Antônio Nery pediu a palavra e dirigindo-se ao Conselheiro Demercian disse que fizemos o bom combate e ao Conselheiro Cosenzo cumprimentou-o pelo bom trabalho como Secretário. **5 - LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ORDEM DO DIA:** **5.1.** SESSÃO ADMINISTRATIVA: **5.1.1.** Pt. SEI! 29.0001.0240153.2021-27 - Processo Eleitoral para formação da lista tríplice para escolha do PGJ. O cronograma para formação da lista tríplice para escolha do PGJ, com base na Resolução nº 1.065/18-CSMP, de 02/02/2018, foi aprovado por unanimidade. **5.1.2.** Indicação de Membros para a Banca Examinadora do 94º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo. **5.1.2.1.** Anunciado o assunto do Item 2 da Ordem do dia o Conselheiro Demercian pediu a palavra e disse que tinha duas considerações a fazer: a primeira era que “há prazo para juntada de documentos, sendo o prazo o final do expediente de hoje, 14/12/2021”. Informou, outrossim, que não localizou no Diário Oficial a lista de deferidos e indeferidos para este concurso, que terão, por certo, direito a eventual recurso. Assim, pareceu-lhe que

a lista definitiva, conquanto se vale em inscritos, ainda não está formada, daqueles que estão habilitados ou que serão habilitados a participar. Assim, parece que não é adequado, salvo melhor juízo, a indicação de banca desde logo, parecendo-lhe açodado fazê-lo. A segunda consideração do Conselheiro Demercian, superada a consideração anterior, é acerca da reunião de indicação de componentes da banca, foi pautada para a última reunião deste Conselho e foi publicada no Diário Oficial do último sábado, 11/12/2021. Assim, considera esse prazo muito exíguo para que os colegas do MP possam, por exemplo, manifestar eventual interesse para participar da banca. São muitos Procuradores e Procuradoras que não terão tido oportunidade de se manifestar porque ainda não havia sido pautado. Para deixar clara a sua opinião, é que muito se fala hoje no Ministério Público em democracia interna no MP e tratamento igualitário. É verdade que a Lei Orgânica do MP veda a Promotores e Promotoras de Justiça a participação nesse importante órgão que é a Banca Examinadora do Concurso de Ingresso da Carreira. No entanto, há valorosos Procuradores e procuradoras de Justiça que têm interesse e qualificação para participar de uma banca de concurso e que por certo não terão sido lembrados por nós, Conselheiros, diante do inverso que se vê no Ministério Público e atuam na segunda instância do MP. Assim, parece-lhe, nessa ordem de considerações, que seja razoável e democrático, que possibilitemos a todos os Procuradores e Procuradoras que tenham interesse de compor a Banca a oportunidade de se manifestarem nesse sentido, inclusive indicando as disciplinas de sua preferência e as respectivas habilitações para as eventuais arguições. Assim, dessa forma, parece que vamos assegurar a todos o direito à manifestação evitando-se que “tiremos verdadeiros coelhos da cartola” pautados apenas nas nossas idiossincrasias e nas nossas relações pessoais”. Esse parece que é um momento importante de democracia e de democracia interna, que todos nós defendemos e almejamos, que deixe a retórica e passe para a prática. Assim, gostaria de pedir aos colegas Conselheiros o diferimento da escolha e indicação da Banca Examinadora e abertura de uma

consulta à classe para que eventuais interessados possam eventualmente se manifestar ou manifestar interesse em integrar a Banca. Registrou o Conselheiro Demercian que foi procurado por duas colegas Procuradoras no domingo e pensa que outros tantos teriam esse interesse. Assim manifestou-se o Conselheiro Demercian. **5.1.2.2.** O Conselheiro Vidal pediu a palavra e informou que tinha algumas considerações a fazer. Informou que a precedência da inscrição em relação à formação da banca é devida para margear eventual situação de impedimento, ou seja, para impedir que parente até 3º grau faça parte da banca sob pena de nulidade do concurso. Assim, com a restrição já realizada, não existe nenhum impedimento formal na indicação da banca, uma vez que teremos uma compreensão mais abastecida desse impedimento. Informou o Conselheiro Vidal que temos um Colégio de Procuradores de Justiça bastante significativo, já que são 300 Procuradores, com os quais todos nós convivemos. Informou, outrossim, que foi procurado por vários Procuradores há mais de um mês, manifestando interesse, indagando, de tal modo que não vê necessária uma situação de amadurecimento. Ao mesmo tempo, você abrindo inscrição, uma coisa complexa porque se houver diferenças políticas, desavenças pessoais, tem que fundamentar o porquê de uma escolha. Assim, considera que esse mecanismo informal de indicação é também democrático, como foram todas as Bancas formadas até agora, de tal modo que não vê obstáculos, ao contrário, considera que a necessidade de novos quadros para o Ministério Público aconselha que, o quanto antes a nova Banca deve ser escolhida, votada, indicada para que colegas que forem brindados com essa indicação possam ter tempo e adequação para realizar seu respectivo trabalho. Assim, devemos votar hoje a composição da Banca Examinadora. **5.1.2.3.** O Conselheiro Demercian manifestou que o Conselheiro Vidal concordou com ele na primeira parte porque não houve publicação da lista de deferidos e indeferidos, então não sabemos quem está impedido e quem não está; refutou o Conselheiro Vidal dizendo que qualquer pessoa que se inscreveu no concurso já gera o

impedimento, e isso é básico. O Conselheiro Demercian refutou que se não foi indeferida a inscrição, não. O Conselheiro Vidal informou que se for impetrado MS ou qualquer outra medida judicial ou um deferimento posterior, em nada aconselha que alguém tenha parentesco até o 3º grau com alguém que se inscreveu, ainda que indeferimento haja, para ser indicado para compor a banca. **5.1.2.4.** O Conselheiro Arual pediu a palavra e pontuou que a questão deste Colegiado, que o Conselheiro Demercian foi procurado por colegas que se manifestaram e ele, no fim de semana, foi procurado por vários colegas que gostariam de participar da Banca Examinadora. Como integrante do Conselho, na forma pelo qual a inclusão da pauta aconteceu, efetivamente no Diário Oficial de sábado, 11/12/2021, para nós da carreira, entrar na Imprensa Oficial de sábado, a biblioteca, para no mínimo ter conhecimento do conteúdo do Diário Oficial de sábado na segunda-feira, ontem (13/12/2021), manifestou que como Conselheiro nessa última missão sente-se bastante despreparado para eventual indicação pois não sabe quem quer. Manifestou que possivelmente daqui a pouco será iniciada uma votação e possivelmente algum Conselheiro indicará alguns nomes e vai descobrir quem são sem ter um mínimo de conhecimento de quem são essas pessoas, que conhecemos como colegas, mas desconhecemos na função tão importante de órgão auxiliar do Ministério Público, como é a banca do concurso. Assim, acha que se essa pauta e predisposição tivesse sido avisada com antecedência, os colegas e nós, Conselheiros, teríamos maior possibilidade de fazer uma escolha, uma eleição. Pediu desculpa, mas, por alguma razão, se algum Conselheiro tiver formado alguns nomes, os quais não tem a mínima ideia, se daqui a pouco, o Conselheiro Mellim, o Conselheiro Nusdeo, Conselheiro Demercian, indicarem membros de sua escolha para compor a banca, sendo tomado de chofre, à exceção da colega que o procurou no domingo porque gostaria de integrar da banca. Fora ela, informou o Conselheiro Arual que não sabe se virão 10 homens, 10 mulheres, 10 Procuradores da Procuradoria de Justiça Cível, 10 Procuradores da Procuradoria de Justiça Criminal, 10

Procuradores da Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, 10 Procuradores da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais, não haveria a mínima condição de indicar fulano ou sicrano e fundamentar essa indicação. Assim, a proposição do Conselheiro Demercian é democrática e poderemos, se não abrirmos uma consulta, ao menos informalmente, o Conselho irá sumir. Se o colega criar impasse, mandar email, telefonar. Nessa condição e “no apagar das luzes”, estamos terminando numa situação complicada. Assim, reiterou o Conselheiro Arual que se deveria abrir oportunidade aos colegas e abrirmos mão da indicação, eventualmente, pois estaríamos fazendo a melhor coisa para o Concurso. **5.1.2.5.** O Conselheiro Presidente passou a palavra para o Conselheiro Antônio Nery, que registrou que como Conselheiro e tendo sido membro integrante de Banca Examinadora de Concurso de Ingresso na Carreira e conhecendo esse órgão auxiliar é direito nosso exercê-lo. **5.1.2.6.** O Conselheiro Cosenzo pediu a palavra e informou que ouviu atentamente a proposta do Conselheiro Demercian, dizendo que é democrática, mas inviável a sua execução hoje porque, após a longa discussão sobre democracia que exercitamos nesta sessão, é mais democrático cumprir a lei e escolhermos a Banca Examinadora hoje de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica e o Regimento Interno, que outorgam entre as graves atribuições do Conselho, a escolha da banca examinadora do concurso de ingresso. Assim o fazendo, estaremos rigorosamente cumprindo a missão como Conselheiros e atuando expressamente como determina a nossa Lei Orgânica. Lembrou o Conselheiro Cosenzo que há seis ou sete reuniões anteriores, o Conselheiro Atual indagou “quando iríamos escolher a Banca Examinadora?” e a resposta do Procurador-Geral foi que primeiro é necessário ter a data de inscrições, encerrá-las, pois é pressuposto para o impedimento do escolhido, e que em seguida seria a fase da escolha dos seus integrantes. Por exemplo, os Conselheiros Antônio Carlos Fernandes Nery e Tiago Cintra Zarif informaram que não vão votar para a escolha da Comissão porque seus filhos serão candidatos. Quando candidatos a uma

cadeira nesse Colegiado, sabíamos todos, que se aberto algum concurso, é nossa missão escolher os nomes dos colegas para integrar a Banca Examinadora, e esta seria composta pela democrática escolha pelo Colegiado, através do voto aberto. Assim, registrou o Conselheiro Cosenzo que se sente à vontade para votar porque foi eleito pela classe para cumprir as disposições da Lei Orgânica e do Regimento Interno, e para ele é uma responsabilidade enorme para com a história pessoal e institucional, de quem escolhe e dos escolhidos, e que não ficaria à vontade se o Conselho estivesse descumprindo algum dispositivo legal, que é a inédita abertura de inscrições. Em tal circunstância, é evidente que o Conselheiro será tolhido da liberdade de escolha, pois imaginem-se perante um quadro onde poderão se inscrever sete ou dez, vinte colegas, e não terão essas aptidões. Imaginem se ficarmos restritos aos nomes de eventuais inscrições e todos eles atuem na área criminal há décadas. Ou na área cível. Escolheremos uma banca só com conhecedores da área criminal? Ou da área cível? A segunda questão é que, historicamente, todas as bancas foram constituídas dessa forma que hoje está sendo proposta, para isso cada Conselheiro tem legitimidade por ter sido eleito, seja pela classe ou Órgão especial, para cumprir a tarefa legal. Temos aqui os ilustres Conselheiros Melim, Antônio Nery, Mônica, Tiago e Demercian que já integraram bancas examinadoras, sem terem realizado inscrições ou submetidos a votos em lista prévia. Se não houvesse tal atribuição expressa na Lei Orgânica e no Regimento Interno, ficaríamos limitados aos inscritos, como ficamos por ocasião da escolha dos integrantes de lista sêxtupla. Registrou o Conselheiro Cosenzo que indicará, por votos, colegas que entende preencher as condições de assumir a difícil missão, cumprindo assim o mandato que a classe lhe confiou. Outrossim, informou o Conselheiro Cosenzo que foi procurado por várias pessoas, e há muito tempo esse concurso deveria ter sido realizado, no final da gestão anterior ou no início da gestão 2020/202, e foi suspenso em razão da pandemia e hoje não podemos esperar mais, conhecendo o grave problema que hoje é enfrentado pela

Administração, mas ele é da Instituição, porque, como sabemos, hoje os membros que estão nas entrâncias iniciais estão “retidos”, sem possibilidade de promoção ante a ausência de Promotores de Justiça Substitutos. Além disso, no início da pandemia, não tínhamos a menor noção sobre a questão orçamentária, e se teríamos condição sanitária de fazer as provas. Oportuno, considerou, que por imposição legal, a contratação de membros e servidores está suspensa até o final deste ano. Os candidatos têm interesse em disputar uma vaga no concurso e nós necessitamos urgentemente dos aprovados. Assim, se esperarmos a outra composição deste Colegiado, em fevereiro, março, abril, maio, para escolher a Banca, os ilustres colegas que nos sucederão teriam mais liberdade ou legitimidade que a nossa? Assim, registrou o Conselheiro Cosenzo que está muito à vontade para acompanhar o voto do ilustre Conselheiro Vidal para escolhermos a Banca hoje. **5.1.2.7.** O Conselheiro Demercian pediu a palavra para dizer que quando participou de Banca de concurso foi submetido a voto e na primeira Banca veio a este Colegiado e falou com os Conselheiros porque foi aberta oportunidade e a abertura também foi ampla e assim também foi a escolha e um Conselheiro à época perguntou-lhe se estava acostumado a dar aulas, na oportunidade, e respondeu-lhe que dava aulas há 30 anos e ele não sabia, mas não recebeu o voto desse Conselheiro e não foi escolhido. Numa segunda oportunidade, o Conselheiro Demercian foi suplente por votos dos Conselheiros. Registrou, outrossim, que o surpreende a pressa, o açodamento em escolher a Banca Examinadora visto que o concurso foi postergado até o final, no último mês do último ano do mandato dos Conselheiros e a reunião para indicação de Banca é feita na última reunião, e houve dois anos para isso. Registrou que esse Conselho encerra suas atividades e um outro, que já foi escolhido pela classe terá oportunidade de indicar e não vê nisso problema nenhum. Informou, outrossim, que os indicados serão nomeados somente em fevereiro. **5.1.2.8.** O Conselheiro Presidente manifestou que, num primeiro aspecto, quando o Conselheiro Demercian foi indicado para a Banca o

Conselheiro Presidente era Conselheiro eleito do Conselho Superior e não houve abertura de inscrição. Ressaltou o Conselheiro Presidente que essa história de abrir inscrição não é recente e abrir inscrição é como submeter o colega a um concurso, não para uma Banca. O colega se inscreve, não é votado e fica em situação incômoda. É uma atribuição do Conselho Superior fazer indicações quando somos eleitos, a classe os elege com essa atribuição. Assim, a exemplo dos Conselheiros Vidal e Cosenzo, o Conselheiro Presidente entende que não há nenhuma necessidade de abertura de lista, de convite etc. Informou o Conselheiro Presidente que estranhou o fato de o Conselheiro Demercian não ter recebido muitos telefonemas e manifestações de interesse, porque o Procurador-Geral de Justiça seria natural, mas acredita que os demais conselheiros receberam inúmeras manifestações de pretensão para assegurar um lugar. Outro fato comum, manifestou o Conselheiro Presidente, que sempre ao ser iniciado um concurso de ingresso no Ministério Público, é natural que os interessados procurem os Conselheiros para se colocar à disposição, e acredita que isso tenha acontecido, não obstante estarmos em época de pandemia. Em terceiro lugar, o Conselheiro Presidente manifestou que gostaria de encaminhar no sentido que essa votação fosse feita imediatamente pois temos inúmeros colegas Promotores de Justiça Substitutos ansiosos para que possam alcançar a entrância inicial; os colegas lotados em inicial estão "travados" e para que a carreira possa se movimentar, se já tivermos a Banca indicada hoje, essa banca possivelmente se reunirá ainda este ano para traçar as primeiras diretrizes internas e, na sequência, a partir de janeiro ou fevereiro, dar andamento ao concurso visando realizar a prova preambular até abril, e possamos ter esses colegas no segundo semestre já dando uma perspectiva de carreira para todos. Esclarecendo aos Conselheiros Demercian e Arual, informou o Conselheiro Presidente que o concurso não foi aberto antes por razões óbvias: não havia sequer condições de fazer uma prova presencial, ante a proibição sanitárias decorrente da Covid-19 e o Conselheiro Presidente não seria o Procurador-Geral que cometeria a

irresponsabilidade de convocar uma prova virtual. Entretanto, apresentando-se sinais de melhora em, relação à pandemia a partir do segundo semestre, quando solicitada autorização do Colendo Órgão Especial do Colégio de Procuradores, e quando o PGJ se comprometeu, de forma democrática, ratificar àquele Colegiado, é importante deixar registrado, a escolha da Banca já estava autorizada desde a gestão do Dr Gianpaolo Smanio, e o PGJ comprometeu que só abriria o edital uma vez que houvesse a concordância daquele Colegiado, o que ocorreu em setembro, e a partir daí houve processo licitatório, um procedimento muito cuidadoso, daí a razão pela qual, as inscrições terminaram na sexta-feira passada semana, como estabelecido na cronologia, nós estaríamos escolhendo a Banca hoje. Pontuou o Conselheiro Presidente que quem não se inscreveu, não poderá estar inscrito a partir de sexta-feira. Portanto, não há razão de impedimento legal para o Conselho Superior elaborar a Banca. Em razão do sério compromisso institucional, e maioria já tem definidos os seus nomes, com base nas manifestações pessoais. Então não há nenhum prejuízo na indicação. De todo modo, agradeceu o PGJ as manifestações e sugeriu a votação acerca da indicação ou não da Banca Examinadora. **5.1.2.9.** O Conselheiro Antônio Nery pediu a palavra e informou que o Conselho Superior, o Órgão Especial e a Corregedoria são órgãos da Administração Superior e coadjuvante do governo o Ministério Público. O diferimento do concurso para a Procuradoria-Geral de Justiça é procrastinação. O Conselheiro Demercian refutou as considerações do Conselheiro Antônio Nery, entretanto o Conselheiro Antônio Nery refutou ao questionar o Conselheiro Demercian acerca do “açodamento na escolha da Banca” e acrescentou que é sabida a dificuldade de receber indicações, e em 40 anos de MP nunca viu isso, nem passou por isso. Outrossim, pontuou o Conselheiro Antônio Nery que todos sabem a razão da demora na realização de concursos, pois não é só o Estado, mas a nação está quebrada economicamente falando, e reiterou que o incomodou ver no Conselho esse desrespeito à Instituição que necessita urgentemente de colegas substitutos em seus quadros. **5.1.2.10.** O

Conselheiro Demercian registrou que respeita o que foi dito pelo Conselheiro Antônio Nery e com isso concorda visto que o Estado está exaurido, e questionou se não há um prazo de 15 dias para fazer as indicações por um magistrado e mais 15 para a OAB.

5.1.2.11. Após a discussão, o Colegiado aprovou, por maioria de votos, a proposta de imediata indicação de Membros Integrantes da Banca Examinadora do 94º Concurso de Ingresso na Carreira. Elegeu, por maioria de votos, com abstenção dos Conselheiros Antônio Carlos Fernandes Nery e Tiago Cintra Zarif, para composição da Banca Examinadora do 94º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo os seguintes Procuradores de Justiça: (a) Titulares: Doutores Ana Margarida Machado Junqueira Beneduce (8 votos), Marcos Hideki Ihara (7 votos), Hamilton Alonso Junior (7 votos) e Jaqueline Mara Lorenzetti Martinelli (7 votos); (b) Suplentes: Doutores Válter Kenji Ishida (8 votos), Marco Antônio Marcondes Pereira (7 votos) e Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos (5 votos). Também foram votadas para titulares e suplentes as Doutoradas: Maria Cristina Pera João Moreira Viegas (4 votos), Maria da Glória Villaça Borin Gavião de Almeida (2 votos), Maria Lucia Ribas (2 votos), Marcia de Holanda Montenegro (2 votos), Déborah Pierri (2 votos), Silvia Reiko Kawamoto (1 voto) e Ana Margarida Machado Junqueira Beneduce (1 voto). O Conselheiro Presidente ressaltou que há muitos bons membros, de qualidade, para compor a banca examinadora do concurso de ingresso à carreira do MPSP, ajudando a Instituição.

5.1.3. Pt. nº 5.560/19 – MP – Apresentação de informações sobre o Termo de Autocomposição firmado entre a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital e a CCR S.A. – Relator Conselheiro Tiago. O relatório apresentado pelo Conselheiro Relator foi aprovado por unanimidade.

5.1.4. Apresentação de relatório final da gestão do Conselho Superior no biênio 2020/2021, que será publicado em aviso próprio. O relatório foi apresentado nas comunicações do Conselheiro Secretário, Doutor José Carlos Cosenzo.

5.1.5. Pedidos de autorização para residir fora da Comarca. Interessados: **5.1.5.1.** Doutora Thaís de Almeida Smanio, Promotora de Justiça de São Sebastião da

Gramma (Pt. nº 218.852/21 – Relator Conselheiro Arual); **5.1.5.2.** Doutora Larissa Negri Costa Beserra, Promotora de Justiça de Itupeva (Pt. nº 229.826/21 – Relator Conselheiro Mellim). Aprovados por unanimidade. **5.1.6.** Pt. nº 226.772/21 – Afastamento cautelar de membro – Sigiloso – Relator Conselheiro Mellim. Item retirado de pauta. **5.1.7.** Indicação – Edital de 14.10.21 – Entrância Final Remoção (Capital). No critério REMOÇÃO ANTIGUIDADE, foram indicados os Doutores: 4º Promotor de Justiça do Consumidor: Patricia de Carvalho Leitão, 15º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude; 59º Promotor de Justiça Criminal: Flavio Eduardo Turessi, 78º Promotor de Justiça Criminal; 124º Promotor de Justiça Criminal Marcia: Lourenço Monassi, 29º Promotor de Justiça Criminal; 2º Promotor de Justiça de Direitos Humanos: Reynaldo Mapelli Junior, 28º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da Capital. No critério REMOÇÃO MERECEMENTO foram indicados os Doutores: 1º Promotor de Justiça Cível de Penha de França: Francine Regina Gomes Cavallini, 2º Promotor de Justiça Cível de Penha de França; Constance Caroline Albertina Alves Toselli, 10º Promotor de Justiça da Capital; e Guilherme Castanho Augusto, 9º Promotor de Justiça de Guarulhos; 7º Promotor de Justiça Criminal: Silvia Vieira Marques, 38º Promotor de Justiça Criminal; Daiana Degasperi Cote Gil, 16º Promotor de Justiça Criminal; e Renata Gonçalves de Oliveira, 1º Promotor de Justiça Cível de Santo Amaro; 67º Promotor de Justiça Criminal: Marianna Moura Gonçalves, 2º Promotor de Justiça de Taboão da Serra; Paulo Henrique Castex, 10º Promotor de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica – 5ª Indicação alternada; e Bruno Cesar Cruz de Assis, 27º Promotor de Justiça de Guarulhos; 2º Promotor de Justiça Criminal do Jabaquara: Claudionor Mendonça dos Santos, 2º Promotor de Justiça de Santo André. Único candidato no 1º quinta da lista. 5º Promotor de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica: Vanessa Therezinha Sousa de Almeida, 61º Promotor de Justiça da Capital; e Igor Kozlowski, 33º Promotor de Justiça da Capital. Únicos candidatos com tempo de estágio. 22º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da Capital: Renato Kim Barbosa, 68º Promotor de Justiça Criminal; Jose

Roberto Fumach Junior, 7º Promotor de Justiça de São Caetano do Sul; e Adriana Maria Rodrigues, 13º Promotor de Justiça Cível de Santo Amaro. 5º Promotor de Justiça do IV Tribunal do Júri: Enzo de Almeida Carrara Boncompagni, 6º Promotor de Justiça de Sumaré; Thais Vasconcelos Sepulveda, 50º Promotor de Justiça da Capital; e Renato dos Santos Gama, 5º Promotor de Justiça de Guarujá.).

5.1.8. Indicação - Edital de 23.11.21 – Entrâncias Intermediária e Final. (Foram indicados os Doutores: ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA: REMOÇÃO ANTIGUIDADE: 4º Promotor de Justiça de Cruzeiro: Catia Aparecida de Sousa Modolo, 2º Promotor de Justiça de São Caetano do Sul. PROMOÇÃO ANTIGUIDADE: 1º Promotor de Justiça de Caieiras: Mariana Pieragnoli Viana, Promotor de Justiça de Pirangi; 2º Promotor de Justiça de Ibiúna: Ricardo Beluci, Promotor de Justiça de Laranjal Paulista; 4º Promotor de Justiça de Peruíbe: Juliana Montezuma Lacerda, 2º Promotor de Justiça de Bertioga; 3º Promotor de Justiça de São Roque: Renato Augusto Valadão, 2º Promotor de Justiça de Piedade. PROMOÇÃO MERECIMENTO: 1º Promotor de Justiça Auxiliar de Araçatuba: Danilo Orlando Pugliesi, Promotor de Justiça de Macauba; Claudio de Mello Ferreira, 2º Promotor de Justiça de Presidente Epitácio; Mariana de Melo Saraiva Marangoni, 1º Promotor de Justiça de Miracatu; 2º Promotor de Justiça de Embu-Guaçu: Eduardo Augusto Velloso Roos Neto, 1º Promotor de Justiça de Itápolis; Carolina Augusto Juliotti, 2º Promotor de Justiça de Cerqueira César; Flavio Leão de Carvalho, 1º Promotor de Justiça de Monte Alto; 2º Promotor de Justiça de Mococa: Carolina Augusto Juliotti, 2º Promotor de Justiça de Cerqueira César; Flavio Leão de Carvalho, 1º Promotor de Justiça de Monte Alto; Gregorio Edoardo Raphael Selingardi Guardia, Promotor de Justiça de Aguai; 1º Promotor de Justiça de Ribeirão Pires: Vinicius Bonesso Guillen, Promotor de Justiça de Itaberá; José Francisco Ferrari Junior, Promotor de Justiça de Borborema; Bruno Carlo Bertini Fera, 1º Promotor de Justiça de Serrana; 1º Promotor de Justiça de Vinhedo: Beatriz Binello Valerio, 2º Promotor de Justiça de Nova Odessa; Raffaele de Filippo Filho, 1º Promotor de Justiça de Palmital; Daniel Ardevino Fonseca do Nascimento, 2º Promotor de

Justiça de Orlândia. ENTRÂNCIA FINAL: REMOÇÃO ANTIGUIDADE: 9º Promotor de Justiça de Campinas: Fabio Vasconcellos Fortes, 10º Promotor de Justiça Criminal; 1º Promotor de Justiça de Carapicuíba: Rodrigo Belline Lopes, 2º Promotor de Justiça de Embu das Artes; 4º Promotor de Justiça de Itaquaquecetuba: Gustavo dos Santos Montanino, 8º Promotor de Justiça de Itaquaquecetuba; 17º Promotor de Justiça de Osasco: Rodrigo Cesar Coccaro, 19º Promotor de Justiça de Osasco; 3º Promotor de Justiça de Carapicuíba: Rafael Ribeiro do Val, 7º Promotor de Justiça de Suzano; 14º Promotor de Justiça de Santos: Fernando Reverendo Vidal Akaoui, 16º Promotor de Justiça de Santos. REMOÇÃO MERECEMENTO: 29º Promotor de Justiça de Campinas: Fernando Pereira Vianna Neto, 3º Promotor de Justiça de Campinas; Cleber Rogerio Masson, 14º Promotor de Justiça de Campinas; Eliseu Jose Berardo Gonçalves, 9º Promotor de Justiça de Ribeirão Preto; 3º Promotor de Justiça de Itapevi: Daniela Dermendjian Duprat Avellar, 1º Promotor de Justiça de Itapevi – 5ª Indicação alternada; Renato dos Santos Gama, 5º Promotor de Justiça de Guarujá; Ismael de Oliveira Mota, 11º Promotor de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica; 10º Promotor de Justiça de Limeira: Florenci Cassab Milani, 63º Promotor de Justiça Criminal; Rodrigo Alves de Araujo Fiusa, 8º Promotor de Justiça de Limeira Alessandro Bruscki, 4º Promotor de Justiça de Praia Grande; 5º Promotor de Justiça de Santo André: Rosinei Horstmann Saikali, 14º Promotor de Justiça de Santo André; Renata Gonçalves de Oliveira, 1º Promotor de Justiça Cível de Santo Amaro; Juliana de Sousa Andrade, 3º Promotor de Justiça Cível de Santo Amaro; 5º Promotor de Justiça de Diadema: Marília Molina Schlittler, 2º Promotor de Justiça de Cotia; Georgina Carla Chinalia Obeid, 7º Promotor de Justiça de Rio Claro; Marília Gonçalves Gomes Cangani, 4º Promotor de Justiça de Andradina; 23º Promotor de Justiça de Santos: Maria Pia Woelz Prandini, 21º Promotor de Justiça de Santos; Sandro Ethelredo Ricciotti Barbosa, 19º Promotor de Justiça de Santos; Rogério Pereira da Luz Ferreira, 5º Promotor de Justiça de Santos. PROMOÇÃO ANTIGUIDADE: 6º Promotor de Justiça de Ribeirão Preto: José Carlos Gallucci Thome, 3º Promotor

de Justiça de Pirassununga; 7º Promotor de Justiça de Bragança Paulista: Paulo Guilherme Carolis Lima, 2º Promotor de Justiça de Mairiporã; 1º Promotor de Justiça da Capital: Neander Antonio Sanches, 3º Promotor de Justiça de Lençóis Paulista; 38º Promotor de Justiça da Capital: Roberto Marcio Ragonezi Francisco, 2º Promotor de Justiça de Taquaritinga; 46º Promotor de Justiça da Capital: Fabiola Aparecida Cezarini, 1º Promotor de Justiça de Cajamar; 1º Promotor de Justiça de Francisco Morato: Celso Armando Baroni Ribeiro Rodrigues, 4º Promotor de Justiça de Taquaritinga; 4º Promotor de Justiça de Itapeva: não há candidatos inscritos. 3º Promotor de Justiça de Jacareí: Luis Fernando Scavone de Macedo, 2º Promotor de Justiça de Caçapava; 3º Promotor de Justiça de Limeira: Marcos Tadeu Rioli, 2º Promotor de Justiça de Casa Branca; 6º Promotor de Justiça de Mauá: Celisa Agata Lopes Mota, 3º Promotor de Justiça de Jandira; 2º Promotor de Justiça de Praia Grande: não há candidatos inscritos. 10º Promotor de Justiça de Presidente Prudente: Helio Perdomo Junior, Promotor de Justiça Regional de Presidente Prudente; 8º Promotor de Justiça de Sorocaba: Ana Alice Mascarenhas Marques, 2º Promotor de Justiça Auxiliar de Sorocaba; 2º Promotor de Justiça de Tupã: Thiago Alves de Oliveira, 6º Promotor de Justiça de Penápolis; 3º Promotor de Justiça de Ferraz de Vasconcelos*: não há candidatos inscritos. 5º Promotor de Justiça de Ferraz de Vasconcelos*: não há candidatos inscritos. 5º Promotor de Justiça de Itapeçerica da Serra*: não há candidatos inscritos. 7º Promotor de Justiça de Itaquaquecetuba*: Cláudio Sergio Alves Teixeira, 3º Promotor de Justiça de Arujá; 7º Promotor de Justiça de Mauá*: não há candidatos inscritos. 7º Promotor de Justiça de Americana: Fábio Jose Moreira dos Santos, 2º Promotor de Justiça de Vinhedo; 18º Promotor de Justiça da Capital: Maria Cecilia Alfieri Nacle, 4º Promotor de Justiça de Ribeirão Pires; 32º Promotor de Justiça da Capital: Bruno Orsini Simonetti, 5º Promotor de Justiça de Ubatuba; 56º Promotor de Justiça da Capital: Denise Cristina da Silva, 3º Promotor de Justiça de Peruíbe; 7º Promotor de Justiça de Guarujá: não há candidatos inscritos. 5º Promotor de Justiça de Rio

Claro: Mariana Fittipaldi, 1º Promotor de Justiça de Leme. PROMOÇÃO MERECIMENTO: 12º Promotor de Justiça da Capital: Juliano Carvalho Atoji, 4º Promotor de Justiça de São Sebastião. Único candidato inscrito. Candidato indicado sem tempo de estágio, pela ordem de antiguidade, em razão do interesse público. 6º Promotor de Justiça de Botucatu: Silvio Fernando de Brito, 3º Promotor de Justiça de Santana do Parnaíba; Thiago Henriques Bernini Ramos, 1º Promotor de Justiça de Ibiúna. Únicos candidatos com tempo de estágio. 21º Promotor de Justiça da Capital: não restaram candidatos remanescentes. 44º Promotor de Justiça da Capital: não restaram candidatos remanescentes. 5º Promotor de Justiça de Embu das Artes: Bruno Gondim Rodrigues, 3º Promotor de Justiça de Cajamar. Único candidato inscrito. Candidato indicado sem tempo de estágio, pela ordem de antiguidade, em razão do interesse público. 2º Promotor de Justiça de Itapeva: não há candidatos inscritos. 5º Promotor de Justiça de Itapevi: não há candidatos inscritos. 7º Promotor de Justiça de Jaú: Ligiane Rodrigues Bueno, 1º Promotor de Justiça de Araras; Rodrigo Pereira dos Reis, 5º Promotor de Justiça de Olímpia. Únicos candidatos com tempo de estágio. 2º Promotor de Justiça de Lins: Ezequiel Vieira da Silva, 4º Promotor de Justiça de Dracena; Rafael Fernandes Viana, 5º Promotor de Justiça de Cruzeiro. Únicos candidatos inscritos. Candidatos indicados sem tempo de estágio, pela ordem de antiguidade, em razão do interesse público. 20º Promotor de Justiça de Osasco: Rita Assumpção, 1º Promotor de Justiça de Mairinque; Michelle Bregnoli de Salvo, 1º Promotor de Justiça de Mairiporã, Orlando Brunetti Barchini e Santos, 1º Promotor de Justiça de Peruíbe. 7º Promotor de Justiça de Presidente Prudente: Claudinei de Melo Alves Junior, 2º Promotor de Justiça Auxiliar de Presidente Prudente; Herico William Alves Destefani, 4º Promotor de Justiça de Mirassol; Claudio Jose Baptista Morelli, 1º Promotor de Justiça Auxiliar de Piracicaba; 20º Promotor de Justiça de São José dos Campos: Gabriella Lanza Passos, 2º Promotor de Justiça de Arujá; Orlando Brunetti Barchini e Santos, 1º Promotor de Justiça de Peruíbe. Únicos candidatos com tempo de estágio. 1º Promotor de Justiça de Tatuí: Renato de Jesus Marçal,

2º Promotor de Justiça de Capão Bonito; Thiago Henriques Bernini Ramos, 1º Promotor de Justiça de Ibiúna; Claudio Jose Baptista Morelli, 1º Promotor de Justiça Auxiliar de Piracicaba; 2º Promotor de Justiça de Caraguatatuba*: não há candidatos inscritos. 4º Promotor de Justiça de Ferraz de Vasconcelos*: não há candidatos inscritos. 4º Promotor de Justiça de Itanhaém*: não há candidatos inscritos. 3º Promotor de Justiça de Itapeva*: não há candidatos inscritos. 5º Promotor de Justiça de Lins*: não há candidatos inscritos. 2º Promotor de Justiça de Registro*: não há candidatos inscritos. 2º Promotor de Justiça da Capital: não restaram candidatos remanescentes. 19º Promotor de Justiça da Capital: não restaram candidatos remanescentes. 51º Promotor de Justiça da Capital: não restaram candidatos remanescentes. 3º Promotor de Justiça de Guarujá: Daniel Gustavo Costa Martori, 2º Promotor de Justiça de Peruíbe; Michelle Bregnoli de Salvo, 1º Promotor de Justiça de Mairiporã; Orlando Brunetti Barchini e Santos, 1º Promotor de Justiça de Peruíbe; 3º Promotor de Justiça de Itapeçerica da Serra: não restaram candidatos remanescentes. Após as indicações, o Procurador-Geral de Justiça cumprimentou a todos e todas que foram indicados nesta oportunidade e esclareceu que foram muitos cargos que não houve remanescentes, o que mostra algum tipo de revisão por parte do Conselho Superior, como já foi feito muitas vezes. Outrossim, adiantou o PGJ que promoções per salto é absolutamente ilegal, abrindo decisão do STF, anulando decisões em outros Estados da Federação, de maneira que a PGJ se compromete, juntamente com o próprio Colegiado, que toma posse em janeiro, a olharmos e procurarmos caminhos para que a carreira possa fluir normalmente para que não haja mais cargos sem interessados na nossa Instituição. O caminho passa pela criação de cargos de entrância intermediária (nós já estamos trabalhando); há hoje no Órgão Especial do Colégio de Procuradores projeto criando pelo menos 12 ou 13 cargos de entrância intermediária e isso, assim que aprovado, irá a concurso e teremos um fluxo muito maior de colegas e os interessados com certeza aparecerão. A par disso tudo, a Procuradoria-Geral de Justiça está atenta para essa

questão e vamos tentar entender o que está acontecendo com essas comarcas e o que podemos fazer para que se acesse esses cargos para que tenhamos a movimentação de carreira. Informou o PGJ que a nomeação acontecerá a partir de 1º de fevereiro apenas, em função de férias, que já estavam devidamente organizadas pela Assessoria de Designações. O Procurador-Geral de Justiça agradeceu a todos e todas por mais esta jornada no Conselho Superior e aos que estavam assistindo informou que esta é a última reunião ordinária do Conselho Superior e de público cumprimentou a Corregedoria-Geral, representada nesta reunião pela Doutora Liliana Mercadante Mortari, o Conselheiro Secretário, Doutor José Carlos Cosenzo, pelo trabalho, e Doutor Oscar Mellim Filho, Decano do Conselho Superior, Doutor Antônio Carlos Fernandes Nery, Doutor Tiago Cintra Zarif, Doutor Vidal Serrano Nunes Junior, Doutor Arual Martins, Doutor Luiz Antonio de Oliveira Nusdeo, Doutor Pedro Henrique Demercian e Doutora Mônica de Barros Marcondes Desinano. De público, registrou o PGJ que tivemos um Conselho Superior muito trabalhador, com debates intensos e profícuos e que fortaleceram sobremaneira a Instituição Ministério Público, o nosso Ministério Público, o Ministério Público de São Paulo, maior Ministério Público do Brasil. De público, externou o PGJ sua gratidão a cada membro deste Colegiado, augurando que no próximo Colegiado, que é a partir de janeiro, tenhamos a mesma efetividade, a mesma competência, para levarmos adiante a nossa Instituição. Aos colegas que assistem e aos membros deste Colegiado, desejou um Feliz e Santo Natal e os votos de um 2022 com muita saúde, muitas felicidades e muita energia positiva para levarmos à frente o nosso MP e trabalharmos cada vez mais pela sofrida sociedade paulista. O PGJ encerrou essa sessão e agradeceu aos servidores do Conselho Superior que trabalharam (conosco) exaustivamente todos esses anos. **5.2. SESSÃO PLENÁRIA E DE TURMAS:** Julgamento dos protocolados publicados nos AVISOS respectivos da Secretaria Executiva do Conselho Superior. Resultados dos julgamentos registrados em aviso próprio. **6 – CIÊNCIA DE PROTOCOLADOS: 6.1.** (03/12/2021) Ofício enviado pela Doutora Kelly Cristina Alvares Fedel, 4ª

Promotora de Justiça de Bragança Paulista, informando, nos termos do §2º do artigo 22 da Resolução nº 1.342/2021-CPJ, a prorrogação do Inquérito Civil nº 14.0215.0000700/2018-9, com cópias dos despachos de prorrogação. **6.2.** (03/12/2021) Comunicado enviado pelo Doutor Herivelto de Almeida, 9º Promotor de Justiça de Araraquara, comunicando o cumprimento do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 14.0195.0000279/2019-1 (14.0195.0002825/2013-9) e o ajuizamento de ação para execução de título judicial (sentença proferida nos autos do processo judicial nº 1008758-73.2019.8.26.0037). **6.3.** (03/12/2021) Ofício enviado pelo Doutor Renato Eugênio de Freitas Peres, Secretário Executivo da Procuradoria de Justiça Criminal, encaminhando cópia da Ata da reunião ordinária mensal virtual e Relatório de Distribuição das Atividades da Procuradoria de Justiça Criminal referente ao mês de novembro de 2021. **6.4.** (03/12/2021) Ofício enviado pelo Doutor Jurandir José dos Santos, 2º Promotor de Justiça de Presidente Prudente, comunicando o envio dos autos do IC 294-A/09 – 2ª PJ de Presidente Prudente ao arquivo morto de Meio Ambiente da 2ª Promotoria de Justiça de Presidente Prudente tendo em vista o integral cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta nele firmado. **6.5.** (03/12/2021) Ofício enviado pela Doutora Luciana Ross Gobbi Beneti, 5ª Promotora de Justiça de Araras, comunicando que o compromitente do Termo de Ajustamento de Compromisso firmado no IC nº 14.0196.0001390/2014-5 comprovou o cumprimento das obrigações nele assumidas, levando ao encerramento do referido inquérito civil. **6.6.** (03/12/2021) (SEI! 29.0001.0241161.2021-68) Ofício enviado pelo Doutor Claudemir Battalini, 9º Promotor de Justiça de Jundiá, informando que foi cumprida a recomendação realizada na homologação do arquivamento do Inquérito Civil nº 14.0670.0000109/2013-0, com encaminhamento do expediente ao arquivo. **6.7.** (06/12/2021) Ofício enviado pelo Doutor Gustavo Albano Dias da Silva, 8º Promotor de Justiça de Osasco, comunicando o ajuizamento de ações de execução (1028826-36.2021.8.26.0405; 1028828-06.2021.8.26.0405; 1028829-

88.2021.8.26.0405; 1028830-73.2021.8.26.0405; 1028831-58.2021.8.26.0405; e 1028832-43.2021.8.26.0405) e cópias das petições iniciais. **6.8.** (06/12/2021) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, atendendo ao Aviso nº 20/20 – PGJ – CGMP, de 16 de janeiro de 2020, e Resolução nº 174/2017 do CNMP, acerca do arquivamento da N.F. nº SIS MP 38.0739.0022521/2021-0 – 19ª PJ, nos termos da Súmula 19 do CSMP, com cópia do despacho de arquivamento. **6.9.** (06/12/2021) Ofício enviado pelo Doutor Luis Fernando Fantoni, Promotor de Justiça Substituto, informando que o Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Francisco Rodrigues Sales e o Ministério Público de São Paulo, através da Promotoria de Justiça de Itapeva, nos autos do Inquérito Civil nº 110/2005, homologado em 12/12/2009, foi integralmente cumprido, com documentos comprobatórios. **6.10.** (06/12/2021) Ofício enviado pela Doutora Larissa Crescini Albernaz, 2ª Promotora de Justiça de São José dos Campos, comunicando que será Secretária Executiva das Promotorias de Justiça Cíveis de São José dos Campos pelo período de 1 ano, a partir de 1º de dezembro de 2021, e o Doutor Gustavo Médici será o Vice-Secretário. **6.11.** (07/12/2021) Ofício enviado pelo Doutor Jurandir José dos Santos, 2º Promotor de Justiça de Presidente Prudente, comunicando o envio dos autos do IC nº 14.0720.0002616/2017-4 de Presidente Prudente ao arquivo morto de Meio Ambiente da 2ª Promotoria de Justiça de Presidente Prudente tendo em vista a propositura de Ação Civil Pública, processo nº 1026804-65.2021.8.26.0482, em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Presidente Prudente. **6.12.** (07/12/2021) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, atendendo ao Aviso nº 20/20 – PGJ – CGMP, de 16 de janeiro de 2020, e Resolução nº 174/2017 do CNMP, acerca do arquivamento da N.F. nº SIS MP 38.0713.0005865/2021-8 – 19ª PJ, nos termos da Súmula 19 do CSMP, com cópia do despacho de arquivamento. **6.13.** (07/12/2021) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos

Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, atendendo ao Aviso nº 20/20 – PGJ – CGMP, de 16 de janeiro de 2020, e Resolução nº 174/2017 do CNMP, acerca do arquivamento da N.F. nº SIS MP 38.0713.0006067/2021-9 – 19ª PJ, nos termos da Súmula 19 do CSMP, com cópia do despacho de arquivamento. **6.14.** (07/12/2021) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, atendendo ao Aviso nº 20/20 – PGJ – CGMP, de 16 de janeiro de 2020, e Resolução nº 174/2017 do CNMP, acerca do arquivamento da N.F. nº SIS MP 38.0713.0005991/2021-9 – 19ª PJ, nos termos da Súmula 19 do CSMP, com cópia do despacho de arquivamento. **6.15.** (07/12/2021) Ofício enviado pelo Doutor Sérgio Martin Piovesan de Oliveira, 8º Promotor de Justiça de São Carlos comunicando o encerramento definitivo do Procedimento Administrativo de Acompanhamento nº 62.0714.0000882/2021-PP, com cópia do despacho de arquivamento. **6.16.** (07/12/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – idoso, atendendo ao artigo 12 da Resolução nº 174/2017 do CNMP, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo nº SIS MP 63.0725.0000837/2021-1 – 19ª PJ, com cópia da promoção de arquivamento. **6.17.** (07/12/2021) Comunicado enviado pelo Doutor Rodrigo Augusto de Oliveira, 33º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, atendendo ao Aviso nº 20/20 – PGJ – CGMP, de 16 de janeiro de 2020, acerca do arquivamento da N.F. nº SIS MP 38.0713.0004693/2021-6, com cópia do despacho de arquivamento. **6.18.** (09/12/2021) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, atendendo ao Aviso nº 20/20 – PGJ – CGMP, de 16 de janeiro de 2020, e Resolução nº 174/2017 do CNMP, acerca do arquivamento da N.F. nº SIS MP 38.0713.0006731/2021-8 – 19ª PJ, nos termos da Súmula 19 do CSMP, com cópia do despacho de arquivamento. **6.19.** (09/12/2021) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de

Campinas, atendendo ao Aviso nº 20/20 – PGJ – CGMP, de 16 de janeiro de 2020, e Resolução nº 174/2017 do CNMP, acerca do arquivamento da N.F. nº SIS MP 38.0713.0005869/2021-6 – 19ª PJ, nos termos da Súmula 19 do CSMP, com cópia do despacho de arquivamento. **6.20.** (09/12/2021) Ofício enviado pelo Doutor Rafael Beluci, 2º Promotor de Justiça de Amparo, comunicando, em cumprimento ao artigo 12 da Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, o arquivamento do Procedimento Administrativo de Acompanhamento nº 62.0189.0001680/2017-5, com cópia do despacho de arquivamento. **6.21.** (09/12/2021) (SEI! 29.0001.0245222.2021-31) Ofício enviado pelo Doutor Antonio Calil Filho, Secretário Executivo da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais, encaminhando os relatórios diário e mensal de distribuição de processos da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais do mês de novembro de 2021.

7 – SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DE INQUÉRITOS CIVIS, PEÇAS DE INFORMAÇÃO E EXPEDIENTES CONEXOS

– Dando continuidade aos trabalhos, procedeu-se ao julgamento dos inquéritos civis, peças de informação e expedientes conexos pautados, sendo julgados 63 (sessenta e três) deles pelo Pleno e 1109 (mil cento e nove) pelas Turmas (838 pela 1ª Turma e 271 pela 2ª Turma), alcançando-se em tais julgamentos, num total de 1172 (mil cento e setenta e dois), os resultados especificados no aviso respectivo, que, publicado e arquivado em pasta própria, faz parte integrante desta. **8 – ENCERRAMENTO** – Cumprida a pauta, nada mais havendo a relatar, eu, José Carlos Cosenzo, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata, que é também integrada por um DVD contendo áudio e vídeo integral da Sessão. Aprovada, segue assinada por mim.

Observações: 1-) A ata está sendo publicada por extrato, de conformidade com o que preceituam a Lei Orgânica Nacional (artigo 15, § 1o), a Lei Orgânica Estadual (artigo 35, § 3o) e o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público (artigo 14, inciso XII, item “1”; artigo 15, incisos II e XII, item “1”; e artigo 43, § 1o). 2-) A íntegra da ata será disponibilizada no site do Ministério Público, na área de acesso reservado aos seus membros.

